

As fronteiras entre homem-gado-floresta

Karla Sessin-Dilascio¹, Tatiane Silva Sousa² e Charles Borges Rossi³

¹Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Rua Benjamin Constant, 138. Centro. Cruzeiro do Sul-AC, Brasil (CEP 6980-000). E-mail: karla.dilascio@usp.br.

²Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Rua Rio Grande do Sul, 1259. Bairro 25 de Agosto. Cruzeiro do Sul-AC, Brasil (CEP 69980-000).

³Universidade Federal do Acre. Curso de Direito e Mestrado em Ciências Ambientais. Campus Floresta. Rua Benjamin Constant, 138, Apto 03. Centro. Cruzeiro do Sul-AC, Brasil (CEP 6980-000).

Resumo. O aumento da prática da pecuária em reservas extrativistas na Amazônia levanta preocupação quanto ao futuro destas áreas no cumprimento da função de proteger os meios de vida de comunidades extrativistas e de garantir a utilização e a sustentabilidade dos recursos naturais. Até que ponto a pecuária como prática pode influenciar a mudança do uso e ocupação destas áreas protegidas? Este artigo trata da relação multiespécie entre homem-gado em uma comunidade ribeirinha do Vale do Juruá. O artigo mobilizará dados empíricos sobre os hábitos alimentares, a criação do gado e a percepção sobre a floresta da Comunidade Periquito da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. Ao pensar “junto” e “com” o artigo tenta compreender as fronteiras possíveis entre a tríade homem-gado-floresta.

Palavras-chave: Pecuária; Desmatamento; Amazônia.

Abstract. *The frontiers among man-cattle-forest.* The livestock increase in some sustainable protected areas in the Amazon rise concern about the ability of these areas to ensure the extractive communities live style and the to assure the sustainability of natural resources use. Until what ends, livestock practices can influence the land use change in these protected areas? This article deals with the multispecies relationship between man-cattle in a riverside community in the Juruá Valley. The article will mobilize empirical data on eating habits, raising cattle and the perception of the forest in the Periquito Community of Riozinho da Liberdade protected area. By thinking “together” and “with” the article tries to understand the possible boundaries between the human-cattle-forest triad.

Keywords: Livestock; Deforestation; Amazon.

Recebido
08/11/2021

Aceito
29/04/2022

Publicado
30/04/2022



ORCID

- 0000-0002-3799-0568
Karla Sessin-Dilascio
- 0000-0003-1979-3664
Tatiane Silva Sousa
- 0000-0001-6811-0116
Charles Borges Rossi

Introdução

Historicamente, a fronteira de expansão para a Amazônia seguiu os passos das formulações da “Marcha para o Oeste” americana, trazidas para o país pelo historiador e pensador Cassiano Ricardo (Martins, 1997; Coelho, 2010) influenciado pelas discussões americanas de expansão da fronteira territorial (Martins, 1996). A consolidação destes ideais resultou na ideologia de fronteira da ocupação da Amazônia perpetrada pelo Estado brasileiro ainda no Estado Novo, passando pelo governo militar, e grande parte dos governos democráticos (Martins, 1997; Coelho, 2010; Silva, 2016).

Muitos estudos apontam para alta correlação entre o desmatamento na Amazônia brasileira e a pecuária (Morton et al., 2006; Nepstad et al., 2008; Hecht e Rajão, 2020). A pecuária é lida como um importante gatilho na conversão do uso e ocupação do solo, no sistema de desmate, queima, cerca e ocupação do gado, que garantia a posse da terra, mesmo sem a presença humana constante (Ferreira et al., 2005; Sant’Anna e Young, 2010; Fittipaldi, 2017; Silva et al., 2019) trajetória que desencadeou embates sangrentos e disputas simbólicas (Martins, 1997; Hoelle, 2015), dinâmica que se perpetua até os dias atuais (Dal Magro et al., 2019).

Segundo Swanson et al. (2018), pode-se dizer que este processo estabeleceu uma relação biossocial que é hegemônica, “pavimentando o caminho para o crescimento populacional, a divisão do trabalho, a estratificação social, subjugação da mulher e a propriedade privada” (Swanson et al., 2018, p. 10-11), incentivando a intervenção massiva da expansão colonial e da Revolução Verde na Amazônia, por meio de políticas de incentivo governamental (Becker, 2010, 2018). Esta maneira de colonizar, ocupar e subjugar o território modificou os “mundos dos humanos e dos mais que humanos” (Becker, 2018, p. 11) e as narrativas de domesticação “naturalizaram as práticas de domínio ambiental” (Becker, 2018, p. 12).

Nesta trajetória se estabeleceu a relação multiespécie entre o homem e o gado. Comumente esta relação homem-gado se dá pela supressão florestal, e o controle territorial por meio da implantação de pasto até onde os olhos podem ver. Ao extirpar árvores e animais silvestres e implantar a *Brachiaria* ssp., o homem insere seu próprio recurso natural, sua poupança de médio prazo, o gado, que além de manter o território ocupado também gerará lucro quando abatido. Nesta relação multiespécie o homem é senhor do gado, mantém seu jardim monocultor, cerca e mata para protegê-lo, o protege por necessidade, como se protege algo que é seu de direito. Segundo Hoelle (2015, p. 58) “aqueles que criam gado na Amazônia não vêm sua atividade como necessariamente destrutiva, mas como uma longa tradição de engajamento com o meio ambiente no qual os humanos transformam a natureza selvagem através do cultivo”.

Na relação que se estabelece entre homem e gado, quase que simbiótica-parasitária, concorrem narrativas baseadas na ação racional, no custo-oportunidade, e no imperativo de recurso natural. Na literatura sobre o uso e ocupação do território Amazônico, se estabelece quase que um consenso sobre a relação teleológica homem-gado-desmatamento. Para uma parte dos ambientalistas, agências de cooperação internacional e ONGs a pecuária sustentável surge como uma possibilidade à redução do desmatamento ao ampliar o número de cabeças de gado por hectare, aumentando a produtividade, ao mesmo tempo em que monitora e contém o desmatamento (Barreto e Silva, 2009; Barreto et al., 2017; Cruz et al., 2017; Furtado, 2018).

Aqueles não convencidos por esta narrativa apóiam-se no símbolo do pioneiro (Martins, 1996; Coy e Klingler, 2014), em que a terra se estabelece como mediadora material do crescimento e abate do gado. Ela será empregada como recurso natural, usado tanto para a garantia da posse ou compra da terra em áreas ainda “não exploradas”, de baixo custo oportunidade, remetendo ao sistema seismarial, como a um mecanismo de

ascensão social pela posse da terra, frente à importância das elites agrárias exercem no país (Armenteras et al., 2019; Brito et al., 2019).

Ao estudar sociedades amazônicas que vivem em reservas extrativistas no Estado do Acre e que criam gado, a relação entre humano-gado e gado-desmatamento distingue-se (Pantoja et al., 2010; Hoelle, 2015). O reconhecimento desta ressignificação do gado diante da floresta e do humano, identificada em algumas comunidades amazônicas do Acre, pode trazer outras narrativas e práticas de manejo da paisagem inclusive econômicas sobre a Amazônia (Swanson et al., 2018). Ao “pensar junto” e “pensar com” as comunidades amazônicas, buscando compreender o materialismo sensível destas comunidades (Stengers, 2015). Podem-se reconstruir narrativas imagéticas, no sentido de Haraway (2008), regenerando relações em um “planeta danificado”, por meio da proposição prática de modelos de sistemas capazes de conexões eficazes para o pensamento e ação multiespécies.

Neste caminho, este artigo busca pensar junto com a comunidade ribeirinha do Periquito da Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho da Liberdade (Vale do Juruá), para compreender como se dá a relação multiespécie entre homem-gado e quais são as fronteiras possíveis entre a tríade homem-gado-floresta.

Metodologia

Na busca de compreender como se dá as fronteiras entre o homem-gado-floresta na Comunidade do Periquito e como esta relação se confronta com a estabelecida em outras regiões na Amazônia, o design da pesquisa se baseou nas questões dirigidas por Hoelle (2015) à RESEX Chico Mendes voltadas a compreender a influência da cultura do gado nesta unidade de conservação.

Os dados apresentados neste artigo são fruto de observação participante e da coleta de histórias orais para a composição do livro “A Voz do Liberdade” (Silva et al., 2021) durante a convivência diária entre os meses de abril a julho de 2019, e idas à campo espaçadas entre os meses de novembro 2019 e março 2020, antes da pandemia de COVID-19. Além da convivência direta na comunidade Periquito foram realizadas entrevistas em 28 casas (variação da faixa etária entre 29 e 68 anos), o que corresponde a 87,5% do total de casas da comunidade.

Tabela 1. Questões direcionadas à percepção da relação homem-gado-floresta.

Categorias	Significado	Perguntas
1. Consumo de carne e a percepção	A frequência no consumo de carne e a crença nos significados sociais e simbólicos positivos associados, especialmente em relação aos outros alimentos e ao vegetarianismo.	Com que frequência você consome carne de boi? Com que frequência você consome carne de caça? Com que frequência você consome peixe?
2. Interação humano-natureza	A criação de gado é a forma preferida de se relacionar e interagir com a natureza, e é expressa através das práticas e estilo de vida atreladas ao controle humano da natureza sob a forma de pastagem para a criação de gado ou, mais abrangentemente, em qualquer espaço antropogênico que não a floresta.	Ter floresta perto de casa é seguro? Você acha perigoso ter floresta perto da sua casa? Você acha mais seguro ter pasto perto da sua casa?

Foram elaborados dois tipos de questionários: a) o questionário semiestruturado direcionados aos aspectos mais gerais da história da comunidade e sua relação com a natureza; b) questionário estruturado com perguntas direcionadas aos aspectos culturais da criação do gado na RESEX. Para este artigo foram utilizadas as questões apresentadas na Tabela 1.

As perguntas do questionário estruturado focam na percepção (Tuan, 1990) da comunidade sobre a floresta, o cultivo e o gado. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. A compreensão da relação entre homem-gado-floresta na comunidade foi complementada com informações do diário de campo e das memórias orais que compuseram o livro mencionado acima.

Resultados e discussão

Reserva extrativista

Entre os estados brasileiros, o Acre é considerado, sob diversos aspectos, pioneiro na criação de soluções institucionais para problemas ambientais (Ferreira Castelo, 2020). É, por exemplo, notória a experiência de luta dos seringueiros para frear o desmatamento na Amazônia por meio do movimento dos Empates, liderado pelo seringueiro Chico Mendes, que refletiu na inclusão da categoria de reserva extrativista o rol de categorias de unidades de conservação de uso sustentável no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000). No SNUC as RESEX são reconhecidas como:

“uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (Brasil, 2000).

As RESEX pretendem, portanto, conciliar proteção ambiental com o uso tradicional da terra, reconhecendo a importância que as culturas tradicionais exercem no manejo e conservação ambiental (Barbosa de Almeida et al., 2018). No Acre, grande parte das áreas de RESEX é antigos seringais que com a queda da produção gomífera, foram abandonados pelos patrões, o que provocou a migração dos seringueiros dos “centros” produtores de borracha para as margens dos rios onde formaram comunidades. A história da RESEX Riozinho da Liberdade não é diferente.

A região do Rio Liberdade começou a ser habitada no final do século XIX, no Primeiro Ciclo da Borracha, sobretudo por imigrantes cearenses (Silva et al., 2021). Os antigos seringais da RESEX Riozinho da Liberdade apresentavam maior produção de borracha natural durante o período do século XX, sendo a região considerada “abrigo” de vários povos indígenas que sobreviviam da caça, pesca, madeira, frutas e solo fértil. Com influência do declínio da borracha e a política militar após 1964 os seringais acreanos foram vendidos a imigrantes e empresas, a maioria do sudeste (Barbosa de Almeida, 2004).

Em 1996, foram realizados os primeiros estudos no Rio Liberdade para a criação da RESEX Riozinho da Liberdade, sob a liderança do antropólogo Terri Aquino, o sertanista Antônio Macedo e o líder seringueiro Francisco Barbosa de Melo. Em 2005, a RESEX é criada por meio do Decreto nº 10.449/2005, com o objetivo de “proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência” (Brasil, 2005). Hoje a RESEX compreende área 325.602,66 ha, com 28 comunidades organizadas em 23 Núcleos de Base. O acesso a bens e serviços dá-se no

Município de Cruzeiro do Sul. Das 28 comunidades, só duas estão às margens da rodovia BR-364, as demais estão distribuídas às margens do Rio Liberdade (Figura 1).



Figura 1. Comunidades da RESEX Riozinho da Liberdade (Fonte: Silva et al., 2021).

A agricultura é tida como atividade econômica central. Em complemento, a população faz uso da atividade extrativista de caça e pesca, bem como, de produtos da floresta madeireiros e não madeireiros, como frutos, tubérculos e cipós. Há também a criação de animais como galinha, pato e porcos e pequenos rebanhos de gado, totalizando 235 cabeças de gado em 45 ha em todo o território da RESEX; a venda do gado é esporádica, feita exclusivamente para moradores da própria comunidade, parecendo exercer a função de alternativa de renda e alimentação. Apesar de praticarem o extrativismo para subsistência, não é comum o comércio de produtos de base extrativista.

A construção da rodovia BR-364, que conecta o Município de Rio Branco a Cruzeiro do Sul por via terrestre mudou a dinâmica do mercado na região. Em 2014, quase 90% das famílias tinha a agricultura como principal fonte de renda, seguido de 7,41% que tem a aposentadoria como fonte primária; e 3,7% são assalariados (Avila Saldo, 2015). A farinha é o principal produto e fonte de renda das famílias, são os marreteiros e comerciantes que fazem a ligação entre os produtores e os mercados externos de Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Porto Velho e Mato Grosso. Os preços de compra praticados por marreteiros nas comunidades são sempre inferiores aos adotados por comerciantes na ponte sobre o rio

Liberdade na BR 364 e estes inferiores aos realizados por comerciantes de Cruzeiro do Sul (Souza et al., 2017).

Do ponto de vista das suas taxas de desmatamento e práticas econômicas, pode-se dizer que o contexto de uso e ocupação da RESEX Riozinho da Liberdade é semelhante à das outras RESEX existentes no Vale do Juruá (Barbosa de Almeida et al., 2018). No entanto, dados empíricos apontam para problemas econômicos relacionadas às mudanças no mercado da farinha, e à prática da roça que poderiam levar às transformações econômicas (prática) e simbólicas nesta RESEX.

As relações multiespécies da Comunidade Periquito da RESEX Riozinho da Liberdade

A Comunidade do Periquito é uma das maiores da RESEX Riozinho da Liberdade e é constituída por 32 núcleos familiares. As residências estão distribuídas às margens do Rio Liberdade, entre a Foz do Igarapé Periquito e São Pedro, respectivamente a jusante e a montante em relação à comunidade; este trecho pode ser percorrido em canoa com motor de rabeta em média em 30 min. A comunidade é formada por um grupo de parentes ligados por parentesco cosanguíneo, afinidade e/ou compadrio. Dista em média 4 h de barco a motor rabeta à montante do Rio Liberdade partindo da rodovia BR-364. O acesso é restrito apenas por meio fluvial, na época do verão o baixo nível do rio aumenta o tempo necessário para chegar à comunidade, intensificando o isolamento dos moradores em relação ao acesso a bens, serviços e ao escoamento da produção agroextrativista (Avila Saldo, 2015).

Antes conhecida como Seringal São Pedro, a Comunidade do Periquito formou-se na década de 1990, quando os moradores começaram a migrar das colocações, unidade produtiva do seringal localizada nos centros, interior da floresta, para as margens do Rio Liberdade. Além de que com o fim da atividade extrativa da borracha e aumento da comercialização de produtos da agricultura, a localização nas margens do rio facilitava o escoamento da produção, a venda da farinha aos marreteiros e compra de mercadorias. Costa (2010) observou que as Comunidades no Vale do Juruá originaram-se da união de uma ou mais colocações e passaram a ser objetos de políticas públicas: “As delimitações dessas comunidades surgiram na relação dos moradores com os políticos locais ou membros de projetos, como uma forma de organização na distribuição de benefícios” (Costa, 2010, p. 314). Justamente, os moradores narram que a aglomeração, no que ficou conhecido como Comunidade Periquito deu-se em função da construção da escola estadual, acesso a recursos e serviços de políticas públicas. Até hoje o maior conglomerado de casas, chamado de estirão, é onde se concentra a maior aglomeração de serviço (ex. posto de saúde, campo de futebol, escola pública, orelhão etc.).

Dentro do extenso grupo de parentes, podem ser observados grupos de casas que possuem relações mais íntimas, estabelecem trocas mais frequentes, sendo observada uma série de prestações mútuas que envolvem trocas de dia de serviço para o trabalho na agricultura, relações de vizinhança de carne de caça, peixe, produtos da agricultura e do extrativismo. Esta foi a organização comum às colocações no Vale do Juruá, onde grupos de casas ligadas por parentesco atuavam como uma unidade de consumo e cooperação técnica para o trabalho, organizados em geral no entorno de uma liderança mais velha (Barbosa de Almeida, 1992; Franco, 2001; Martini, 2005).

A vida e o cotidiano desses moradores estão intrinsecamente ligados à Natureza em diversos aspectos. No sistema produtivo anterior, a seringueira era considerada a “mãe” dos moradores das colocações, por ser a responsável pelo sustento de suas famílias (Silva et al., 2021). Esta relação multiespécies e de codomesticação humanos-vegetais-animais (Oliveira et al., 2021) também perpassa pela cura de doenças com plantas ou partes de animais; pelo lazer nas praias que se formam no rio durante o verão amazônico, nos banhos de rio e cachoeiras, nas caçadas e marisco. A agricultura segue o tempo da

natureza, pois “tudo tem seu tempo” para plantar e colher, demandando conhecimento apurado sobre os ciclos naturais, o ciclo das águas e o complexo solo-vegetação da floresta. Alguns acreditam que o processo de caça perpassa mediações políticas e cosmológicas com outros seres, pois tudo na natureza “tem dono” e a este se deve respeito.

A dinâmica e o dia-a-dia da comunidade estão ligados principalmente à agricultura e atividades extrativistas. A comunidade planta diferentes cultivos nos roçados, como feijão, melancia, jerimum, arroz, milho, batata e mandioca, sendo estes de diversas qualidades, muitos adaptadas exclusivamente ao clima e território da Região do Vale do Juruá. Os plantios não se restringem aos roçados em áreas de terra firme, também são realizados nas praias nos meses de maio e junho, no verão amazônico. As mulheres costumam cultivar em canteiros suspensos hortaliças como couve, pimentas e chicória que enriquecem o sabor da comida. Nos terreiros das casas ou então nos caminhos para casas de farinha podem ser encontradas diversas frutíferas, como pupunha, açaí, bacaba, buriti, cupuaçu, cacau, graviola, goiaba, ingá, manga, abacate, banana de diversas variedades, ananás, urucum etc. O extrativismo complementa sua alimentação com as caças da mata, os peixes e vinhos de bacaba, bacabão, açaí e patoá.

A caça é para subsistência. Alguns moradores acreditam que a caça predatória pode acarretar punições do “dono da caça” e trazer infortúnios deixando a pessoa “assombrada”, com medo e com perturbações, sendo relatados inclusive castigos físicos. Nesta crença, a caça seguiria normas cosmológicas rígidas, é necessário mediar politicamente a relação entre humanos e mais que humanos, que se transgredidas, acarretam diferentes transtornos os moradores.

A relação homem-gado-floresta na Comunidade Periquito

A criação do gado. A principal fonte de renda monetária da Comunidade do Periquito advém da venda de farinha; também criam animais de pequeno porte como galinhas, patos e porcos. Poucas famílias, cinco, possuem pequenas criações de gado. No total, a comunidade soma 55 cabeças de gado (dados de 2019), de um total de 235 na RESEX (dados de 2018) como um todo. O boi (Nelore - *Bos taurus indicus*) chega por via fluvial, por barco. A grande parte dos bezerros é criada na própria comunidade.

O gado tem o *status* diferenciado dos outros animais de criação. São tratados diferentemente das galinhas, porcos, árvores frutíferas, que compõe o quintal, o *terreiro* multiespécies dos moradores da Comunidade Periquito. Alguns ficam soltos no quintal, próximo à casa, outros podem circular na única via que conecta as casas da comunidade. Os núcleos familiares que possuem maior quantidade de gado ficam mais afastados do *estirão*. Diferente da prática de pecuaristas e fazendeiros, em que o gado é confinado por cercas em uma grande área de monocultura de *Brachiaria* ssp., ou outros cultivos monocultores, em que a floresta está longe ou nem é vista no horizonte. Na Comunidade Periquito o gado não está confinado às cercas. Não há grandes áreas de pastagem no núcleo central da comunidade, nem mesmo o crescimento monocultural da *Brachiaria* ssp. O pasto é curto, e o gado se alimenta das gramíneas do entorno das casas. A variedade de gramíneas, como o “capim nativo, capim papoã, rabo de burro, capim agulha” (PE-8) além dos capins que vem de fora como o *Brachiaria* ssp. o bizenção, e outros alimentos disponíveis ao gado é diversificada assim como a alimentação dos comunitários.

No Periquito a relação homem-gado-floresta parece se distinguir da relação comumente encontrada em outras regiões da Amazônia, em que a tríade que se forma é homem-gado-desmatamento para cultivo de grandes pastagens de *Brachiaria* ssp. por cercamento. A prática de domesticação do gado na comunidade Periquito, não impõe o desmatamento e a monocultura da *Brachiaria* ssp. como necessária à criação. Não parece haver clara oposição entre a floresta e a criação de gado. Segundo relatos das famílias criadoras de gado do Periquito:

não acho perigoso ter floresta perto de casa. É bom por causa do oxigênio, se desmatar tudo pronto (PE-9).

é seguro ter floresta perto de casa, porque é bom a frieza que a floresta dá, não dá muita quentura. Porque a gente tem uma respiração mais boa. Não acho perigoso nem sei explicar o porquê (PE-11).

Outros relatos apontam que:

floresta perto de casa evita muita coisa, né? Evita o vento, evita a quentura, porque desmatar faz muita quentura, venta muito, aí tudo isso protege a gente. Quanto tem assim uma praga, né?, a gente tem fruteira perto de casa, aí evita muita coisa (PE-7).

muito perto, assim, pau alto é muito perigoso, mas pau baixo não é perigoso. Se o pau cresce mais é perigoso dá um vento e cair em cima de casa, né? (PE-3).

acho perigoso ter a floresta perto da casa. Tem dois ponto, temos que saber usar a floresta perto de casa. Não pode deixar as árvores altas, né? Porque corre o risco de um vento vir e jogar a árvore em cima da casa. Mas aqui, você pode olhar, aqui tem muita árvore e não tem nenhum risco de cair. A gente tendo cuidado, o perigoso é as cobras, mas se a gente ter cuidado e zelar. Perto de casa tem que roçar (PE-4).

a floresta ela traz um ar livre pra gente, ela traz mais sossego, mais conforto (PE-8).

No imaginário simbólico da comunidade não há conexão entre a criação de gado e desmatamento florestal, ou mesmo a necessidade de cultivo de grandes extensões de pasto de *Brachiaria* ssp. Pode-se dizer que o gado, para a Comunidade Periquito, é mais uma fonte de sustento, assim como a floresta, a galinha, a caça e o peixe. Da galinha criam-se os pintinhos, engorda rápido e mata-se mais rápido. O gado é mais difícil de chegar na comunidade, demora mais para crescer e engordar, tem mais carne. Diferente da galinha, que alimenta a família em uma refeição, é necessário planejar quando o gado será abatido, onde e como será armazenada a carne, com quem irá vizinhar.

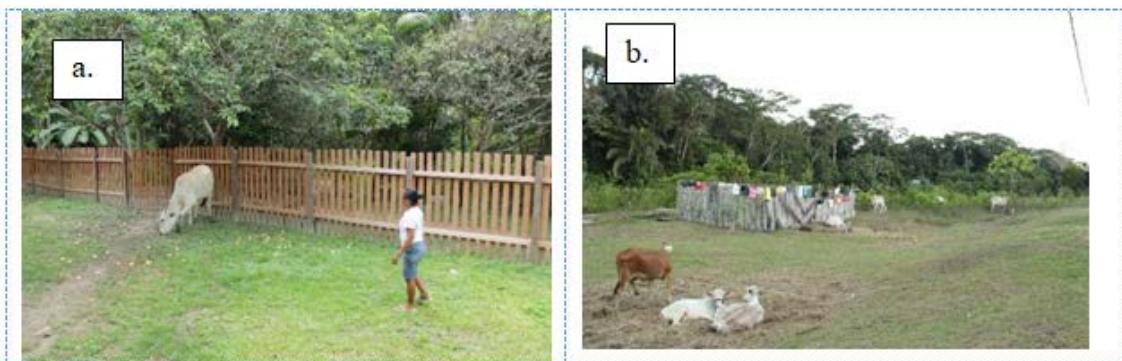


Figura 2. As criações de gado na RESEX Riozinho da Liberdade: a) gado dentro do cercado da Escola Joaquim Nogueira comendo as goiabas caídas no chão, e outros fora do cercado, deitados debaixo da árvore em frente ao único caminho de passagem entre as casas; b) área em frente ao posto de saúde.

A maior temporalidade para o abatimento do gado, a necessidade de pensar o momento do seu abatimento frente às necessidades da comunidade e as possibilidades de armazenamento ou vizinhança, aproxima o animal da família. Muitos espécimes se amontoam perto da casa do criador, ou no único caminho entre as casas da comunidade (Figura 2a e b). As maiores criações de gado das famílias do Periquito ficam mais afastadas do estirão.

Muitos dos moradores que não tem gado acabam criticando os que têm, dizem que o gado faz “zueira”, importuna, come as frutas e as hortas, as excretas e o cheiro incomodam. Há pouquíssimas cercas, apenas aquelas que delimitam a escola, ou a própria casa para se proteger do infortúnio do gado, que anda livremente, e por “outros bichos do mato que roubam comida” (Figura 1a). Talvez por isso, as famílias que possuem as maiores áreas de pasto tenham suas casas fora do núcleo central da comunidade do Periquito. Embora elas pertençam à comunidade suas casas ficam a minutos de distância do núcleo central. Estas famílias, assim como as outras três que criam gado na comunidade núcleo do Periquito, mantém a casa e o convívio direto com os animais (Figura 2).

Entre todos os entrevistados da comunidade a maioria percebe ter a floresta perto de casa é seguro e tem percepções controvérsias quanto às áreas de pasto:

ter pasto perto de casa não dá muita lama, né? De quanto tá tudo limpo.”(PE-7).

tudo descampado é ruim, né? É muito calor. Você ter floresta perto de casa é mais ventilado, você respira melhor. O oxigênio é muito mais puro do que do descampado assim, né? Na cidade, no pasto [...]. Pasto perto de casa é descampo, a pessoa desmata, né? É um calorão (PE-3).

o pasto só traz quentura, coisa ruim. Quentura é fadiga para o dia da gente.”(PE-4).

tem vários tipos de pasto que não é seguro ter perto de casa. O capim não é seguro ter perto de casa, por que ele invade tudo (PE-8).

é mais seguro ter pasto perto de casa, não é mais saudável, porque aí você pode ver mais fácil os animais, né? Mas na floresta é mais saudável, é mais frio, mais ventilado. Imagina se aqui só tivesse pasto, ia tá uma quentura (PE-10).

o pasto eu acho mais seguro mais longe de casa, porque não aperreia a gente perto de casa. É muito quente (PE-11).

O pasto não está associado a uma fonte de alimento para o gado, mas sim a uma concepção prática e estética sobre como a casa e seu entorno deve ser. A segurança de não ter a casa atingida pela queda de grandes árvores, exige o manejo da mata próxima à casa, tirando o “pau alto” e deixando só o “pau baixo”, mantendo espécies arbóreas de baixo a médio porte (Figura 2). No núcleo central da comunidade, a maior distância entre a casa e a mata é de dez metros. As casas na comunidade são de madeira, construídas próxima as áreas de mata, alguns metros acima do chão. O entorno da casa é desmatado, formando um terreiro preenchido ou não por grama. O terreiro ajuda as famílias a visualizar os animais de criação e, especialmente, os animais peçonhentos possam trazer algum dano.

Os comunitários ressaltam os benefícios da floresta para seu bem-estar, e em nenhum momento apresentam qualquer oposição entre a criação do gado e a floresta. Não foi observado nem nos questionários aplicados nem nos momentos informais de observação participante, alguma oposição entre gado-floresta, ou a necessidade de desmatamento para a criação de gado. Ao contrário, mesmo aqueles que criam gado, gostam que a floresta esteja próxima a sua casa, por trazer frescor e proteção do vento. Na comunidade, o gado convive entre porcos, galinhas, humanos, animais não domesticados, e outras espécies vegetais. Esta configuração multiespécies não mimetiza a realidade das interações entre homem-gado-desmatamento, ao contrário, cria novas possibilidades de domesticar, mas uma domesticação não como domínio humano sobre outras espécies, mas

sim como uma relação de mão dupla. São redes híbridas compostas em que os seres interagem entre si e se complementam.

O materialismo sensível da comunidade do Periquito parece se pautar, assim como segundo Donna Haraway aponta (Taddei et al., 2020), na responsabilidade-habilidade (*response-ability*) para com os demais seres e relações. Aprender “junto” e “com” as narrativas multiespécies da Comunidade do Periquito e outras comunidades extrativistas do Acre sobre como elas constroem sua relação com outros seres, em especial o gado, tem poder de reconstruir narrativas e regenerar relações. Em especial na Amazônia, em o discurso da associação do homem-gado-desmatamento desvia o foco sobre os problemas histórico-estruturais associados ao desmatamento que ultrapassam a decisão racional econômica.

A carne de gado na alimentação da comunidade. Na Comunidade Periquito, a carne de caça e peixe são mais consumidas e apreciadas, e principal fonte de proteína da comunidade. O intervalo de consumo destas fontes está ligado ao ciclo das águas: no verão amazônico consomem em maior quantidade a carne do peixe por conta da facilidade para obtê-la, pois o nível fluvial encontra-se baixo favorecendo a pesca. A carne de caça torna-se mais frequente na alimentação dos moradores no período das chuvas, inverno amazônico, quando o rio está muito alto e a quantidade e qualidade do pescado pioram; “o peixe fica mais magro”. Há alta porcentagem de consumo de peixes, 36% declaram consumir peixe todos os dias, toda semana (18%) ou ao menos uma vez por mês (43%). A proximidade das casas em relação ao rio, a fartura de pescado e a facilidade da prática da pesca praticada por todos os membros da família, de crianças a velhos, faz com que esta seja mais comumente praticada (Tabela 2).

Diferente da pesca, a prática da caça é mais restrita, praticada especialmente por homens. No inverno amazônico, os caçadores embrenham-se na mata para procurar a caça. Muitos responderam que o consumo de carne de caça “depende da época” e que só come “no inverno”. Poucos conseguem consumir carne de caça todos os dias (7%) uma vez que ela demanda maior esforço para armazenamento. Algumas pessoas informaram que a carne de caça é vizinhada para que ela não estrague, não se “perca”. Ao todo 75% das pessoas consomem carne de caça toda semana, variando entre todos os dias (7%), toda semana (54%) ou duas vezes por semana (14%). Um terço dos respondentes disseram que comem carne com outra frequência, que varia de acordo com a capacidade do caçador e a disponibilidade de caça (25%) (Tabela 2). É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas durante o período de chuva, quando o consumo de carne de caça é maior, o que deve ter influenciado as respostas.

Tabela 2. Frequência de consumo de proteína por categoria: boi, caça e peixe.

Frequência do consumo de carne	Todos os dias	Toda semana	2 vezes por semana	Outros
Boi	0%	0%	0%	100%
Caça	7%	54%	14%	25%
Peixe	36%	18%	3%	43%

Não há consumo de carne de boi semanal. O consumo varia de uma vez por mês a uma vez ao ano. Normalmente consomem carne de boi quando se deslocam até a cidade de Cruzeiro do Sul (AC) ou vizinhado com outros moradores. São comuns os relatos de

consumo de carne de boi como “eu passo mais de ano sem consumir” (PE-12), ou “só como boi quando vou para a cidade” (PE-14), ou que:

a carne de boi é uma carne, tem os tipo, né? Às vezes a pessoa compra carne de boi que não é vacinado, o dono não dá vacina, né? Cria de qualquer jeito, acho que a carne dele não é muito boa, né? E outra, a carne de boi é muito quente, né? Tem gente que não se dá bem, né? Pegue este negócio de hemorroida, de barriga (PE-3).

Quando vão à cidade compram carne de gado, trazem um pouco para casa, mas preferem mesmo a caça, “(...) é difícil, né? *A gente comer carne de boi. A carne de caça dá mais força para trabalhar do que qualquer outra carne*” (P-7). As famílias que o criam gado vêem o animal como uma poupança para os tempos de “precisão”, um salvador da família em tempo de necessidade. O boi não é morto em vão. O momento da morte precede grandes festas, casamentos, ou a demanda da comunidade por proteína, na falta de carne de caça ou peixe. A preferência nutricional é a caça e não o gado. O gado supre outras necessidades, como o transporte de carga, das sacas de farinha produzidas na roça.

Conclusão

Foi possível identificar a relação não direta entre gado-desmatamento para a monocultura de *Brachiaria* ssp. na Comunidade Periquito. Entre todas as 28 famílias entrevistadas apenas uma possui um pequeno pasto, afastado do núcleo da comunidade.

A prática alimentar da comunidade aponta para uma relação altamente dependente dos ciclos ecológicos regionais e da relação entre humano-vegetais-animais, que é também transmitida para a relação homem-gado-floresta. Suas práticas e a sobrevivência da comunidade estão intrinsecamente ligadas às relações multiespecíficas que estabelecem entre humanos e mais que humanos, seguidas por mediações políticas e cosmológicas contínuas com a floresta e os ciclos ecológicos.

Ao pensar “junto” e “com” a Comunidade do Periquito nota-se que a relação multiespécies entre homem-gado-floresta difere do que é relatado em grande parte da literatura sobre desmatamento na Amazônia. Não é dado, portanto, que a criação do gado, como espécie, resulte em desmatamento, ao contrário, comunidades como da RESEX Riozinho da Liberdade ou da RESEX Alto Juruá (Pantoja et al., 2010), indicam outro tipo de relação entre homem-gado-floresta. Deslocar a narrativa do desmatamento do foco da criação de gado, como espécie, tem poder simbólico e imaginativo, abrindo espaço para a criação de novas narrativas e cursos de ação que considerem elementos histórico-culturais e simbólicos atrelados aos vetores do desmatamento na Amazônia.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

- Armenteras, D.; Negret, P.; Melgarejo, L. F.; Lakes, T. M.; Londoño, M. C.; García, J.; Krueger, T.; Baumann, M.; Davalos, L. M. Curb land grabbing to save the Amazon. **Nature Ecology & Evolution**, v. 3, n. 11, 1497, 2019. <https://doi.org/10.1038/s41559-019-1020-1>
- Avila Saldo, P. **Mapeamento estratégico da RESEX Liberdade com vistas à elaboração do seu Plano de Manejo**. Cruzeiro do Sul: ICMBio, 2015. (Trabalho de conclusão de curso).

Barbosa de Almeida, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 33-52, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>

Barbosa de Almeida, M. W. B. **Rubber tappers of the upper Jurua river, Brazil**: The making of a forest peasant economy. Cambridge: University of Cambridge, 1992. (PhD dissertation).

Barbosa de Almeida, M. W.; Allegretti, M. H.; Postigo, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das reservas extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 25-55, 2018. <https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.60499>

Barreto, P.; Pereira, R.; Brandão Jr., A.; Baima, S. **Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento da Amazônia?** Belém: AMAZON; Cuiabá: Instituto Centro da Vida, 2017. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/Frigorificos_e_o_desmatamento_da_Amazonia.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Barreto, P.; Silva, D. Os desafios para uma pecuária mais sustentável na Amazônia. **O Estado da Amazônia**, n. 14, p. 1-6, 2009. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/estado_da_amazonia/os-desafios-para-uma-pecuaria-mais-sustentavel-na.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Becker, B. **A urbe amazônica**. São Paulo: Garamond, 2018.

Becker, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

Brasil. **Decreto de 17 de fevereiro de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, nos Municípios de Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Tarauacá, no Estado do Acre, e Irixuna, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/2005/decreto-35342-17-fevereiro-2005-535739-norma-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Brasil. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Brito, B.; Brandão Jr., A.; Baima, S.; Gomes, P. H. Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian Amazon. **Environmental Research Letters**, v. 14, n. 6, 064018, 2019. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab1e24>

Caldeira, J. **História da riqueza no Brasil**: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. São Paulo: Sextante, 2017.

Coelho, G. L. S. **Marcha pra o oeste**: entre a teoria e a prática. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010. (Dissertação de mestrado).

Costa, E. M. L. **Uma floresta politizada = relações políticas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre (1994-2002)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010. (Tese de doutorado).

Coy, M.; Klingler, M. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 1-26, 2014. <https://doi.org/10.22228/rt-f.v7i0.282>

Cruz, J. C. S.; Rosa, C. D.; Freire, E. J.; Zinelli, M. R.; Barella, L. A. A contabilidade rural como ferramenta para a tomada de decisão gerencial: um estudo com a Empresa Pecuária Sustentável da Amazônia (PECSA). **ID online Revista de Psicologia**, v. 11, n. 37, p. 392-407, 2017. <https://doi.org/10.14295/ideonline.v11i37.843>

Dal Magro, T. R.; Santos, M. J.; Galvão Júnior, L. C.; Silva, J. L. G.; Oliveira, E. A. A. Q. Produção bovina e desmatamento: análise da distribuição espacial da atividade pecuária no Estado de Rondônia. **Informe Gepec**, v. 23, n. 1, p. 112-126, 2019. <https://doi.org/10.48075/igepec.v23i1.21128>

Emperaire, L.; Eloy, L.; Cunha, M. C.; Almeida, M. W. B.; van Velthem, L. H.; Santilli, J.; Katz, E.; Rizzi, R.; Silveira, J. S. D'une production localisée à une indication géographique en Amazonie: les enjeux écologiques de la production de farinha de Cruzeiro do Sul. **Cahiers Agricultures**, v. 21, n. 1, p. 25-33, 2012. <https://doi.org/10.1684/agr.2012.0537>

Ferreira Castelo, C. E. Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a “florestania” e outras histórias. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 117-132, 2020.

Ferreira, L. V.; Venticinque, E.; Almeida, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 157-166, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100010>

Fittipaldi, M. **Reserva Extrativista Chico Mendes**: dos empates à pecuarização. Rio Branco: EDUFAC, 2017.

Franco, M. C. P. **Os Milton**: 100 anos de história familiar nos seringais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001. (Tese de doutorado).

Furtado, F. A construção da natureza e a natureza da construção: políticas de incentivo aos serviços ambientais no Acre e no Mato Grosso. **Estudos: Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 1, p. 123-147, 2018. <https://doi.org/10.36920/esa-v26n1-6>

Haraway, D. **Haraway on multispecies cosmopolitics**: Staying with the trouble. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

Hecht, S.; Rajão, R. From “Green Hell” to “Amazonia Legal”: Land use models and the re-imagination of the rainforest as a new development frontier. **Land Use Policy**, v. 96, 103871, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.02.030>

Hoelle, J. **Rainforest cowboys**: The rise of ranching and cattle culture in Western Amazonia. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 2015.

Martini, A. **A margem do limite**: fronteira e narrativa na Foz do Breu, Acre, Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. (Tese de doutorado).

Martini, A. **Tecendo limites no Alto Rio Juruá**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

Martins, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

Martins, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

Morton, D. C.; DeFries, R. S.; Shimabukuro, Y. E.; Anderson, L. O.; Arai, E.; Espírito-Santo, F. B.; Freitas, R.; Morissette, J. Cropland expansion changes deforestation dynamics in the Southern Brazilian Amazon. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 103, n. 39, p. 14637-14641, 2006. <https://doi.org/10.1073/pnas.0606377103>

- Nepstad, D. C.; Stickler, C. M.; Soares-Filho, B.; Merry, F. Interactions among Amazon land use, forests and climate: Prospects for a near-term forest tipping point. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London, Series B, Biological Sciences**, v. 363, n. 1498, p. 1737-1746, 2008. <https://doi.org/10.1098/rstb.2007.0036>
- Oliveira, J. C.; Amoroso, M.; Lima, A. G. M.; Shiratori, K.; Marras, S.; Emperaire, L. **Vozes vegetais**: diversidade, resistência e histórias da floresta. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- Pantoja, M. C.; Costa, E. L.; Postigo, A. A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, p. 115-130, 2010.
- Sant'Anna, A. A.; Young, C. E. F. Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos rurais na Amazônia. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 381-393, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502010000300006>
- Silva, A. G.; Silva, F. C.; Yamada, T. Reprodução social de populações tradicionais e pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes: reflexões a partir dos projetos de vida de jovens extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 52, p. 235-260, 2019. <https://doi.org/10.5380/dma.v52i0.65423>
- Silva, F. A. B.; Sessin-Dilascio, K.; Miranda, V. M.; Sousa, T. S.; Silva, F. A. B. (Orgs.). **A voz do Liberdade**. 1. ed. Cruzeiro do Sul: Instituto Fronteiras, 2021.
- Silva, S. M. **Serviços ecossistêmicos de carbono e biodiversidade e os projetos de lei sobre pagamento por serviços ambientais no Brasil**: uma análise sobre o panorama atual. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. (Dissertação de mestrado).
- Souza, J. M. L.; Álvares, V. S.; Nóbrega, M. S. **Indicação geográfica da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul, Acre**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2017. (Livro técnico).
- Stengers, I. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosaic Naify, 2015.
- Swanson, H. A.; Lien, M. E.; Ween, G. B. **Domestication gone wild**: Politics and practices of multispecies relations. Duke: Duke University Press, 2018.
- Taddei, R.; Scarso, D.; Castanheira, N. A necessária indomesticabilidade de termos como "Antropoceno": desafios epistemológicos e ontologia relacional. **Revista Opinião Filosófica**, v. 11, n. 3, p. 1-19, 2020. <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11.1009>
- Tuan, Y.-F. **Topophilia**: A study of environmental perceptions, attitudes, and values. Columbia: Columbia University Press, 1990.



Informação da Licença: Este é um artigo Open Access distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.